

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – 49ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 1.2 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/6/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício nº 13/2017 (encaminhando cópia do parecer do Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 2015), do presidente do Tribunal de Contas; ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 7.499 e 7.515 a 7.519/2017 – Comunicações: Comunicação da Comissão do Trabalho – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Leitura de Comunicações – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.078 e 2.613/2015; aprovação – Votação de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 2.651 e 2.700/2016 e Requerimento nº 148/2015; aprovação – Requerimento nº 1.284/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 1.317/2015; aprovação – Requerimento nº 1.318/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 1.384/2015; aprovação – Requerimento nº 1.385/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 1.408/2015; aprovação com a Emenda nº 1 – Requerimentos nºs 1.417, 1.419 e 1.420/2015; aprovação – Requerimento nº 5.918/2016; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Arlen Santiago – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio

Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Sargento Rodrigues, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Rogério Correia, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO Nº 13/2017

Do Sr. Cláudio Couto Terrão, presidente do Tribunal de Contas, encaminhando cópias do parecer prévio dessa corte sobre o Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 2015, bem como de documentos referentes ao processo. (– Anexe-se à Mensagem nº 124/2016.)

OFÍCIOS

Do deputado Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública, em que expressa sua preocupação com a iminente demissão dos agentes penitenciários e socioeducativos contratados pelo Estado, o que traria como consequência grande insegurança pública e o colapso do sistema prisional, e reitera pedido de apoio desta Casa à permanência dos referidos servidores.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.968/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.987/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.014/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas aos Requerimentos nº 6.042, 6.076 e 6.083/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.158/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.378/2017, da deputada Ione Pinheiro.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.391/2017, do deputado Inácio Franco.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.438/2017, do deputado Douglas Melo.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.464/2017, da deputada Ione Pinheiro.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.636/2017, da Comissão de Transporte.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.641/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.151/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.479/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.595/2016, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.832/2016, da Comissão de Agropecuária.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.000/2016, da Comissão de Saúde.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.122/2016, da Comissão de Educação.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.129/2016, da Comissão de Educação.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.133/2016, da Comissão de Educação.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.164/2016, da Comissão de Saúde.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

REQUERIMENTO Nº 7.515/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "e", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde em Belo Horizonte pedido de informações sobre o número de atendimentos, pelo SAMU, a ciclistas acidentados na Orla da Lagoa da Pampulha nos últimos três anos.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2017.

Deputado Gilberto Abramo – PRB

– À Comissão de Saúde.

REQUERIMENTOS

Nº 7.499/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral do Ministério Público do Estado pedido de informações sobre como vem sendo implementada a Portaria nº 3/2016, desse ministério, uma vez que foi publicada a Resolução nº 206/2016, da SES-MG, da Sedpac-MG e da Sedese-MG, que se contrapõe à referida portaria. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.516/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/6/2017, em São Francisco de Sales, que resultou na apreensão de mais de 8 toneladas de cigarros contrabandeados e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.517/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 23ª Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/6/2017, em Divinópolis, que resultou na apreensão de cerca de 3kg de cocaína e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.518/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral do Ministério Público do Estado pedido de informações sobre a solicitação do Ministério dos Direitos Humanos, por meio do documento ID 2802072, acerca das Recomendações nºs 5 e 6, da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte, de 2014, que tratam das medidas cabíveis para o atendimento de recém-nascidos de mães usuárias de substâncias entorpecentes. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.519/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja criada uma câmara técnica intersetorial, com a participação de representantes de entidades da sociedade civil que militam pela proteção social às mulheres usuárias de *crack* e outras drogas e da Defensoria Pública do Estado, com o objetivo de acompanhar a implementação da Resolução Conjunta SES-MG/Sedpac-MG/Sedese-MG de 18/11/2016, que autoriza a divulgação de orientações para os serviços públicos de atendimento a mulheres e adolescentes usuárias de *crack* e outras drogas e a seus filhos recém-nascidos, nas maternidades do Estado. (– À Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação da Comissão do Trabalho.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão do Trabalho – aprovação, na 1ª Reunião Extraordinária, em 13/6/2017, do Projeto de Lei nº 3.656/2016, da deputada Rosângela Reis (Ciente. Publique-se.).

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do § 4º do art. 249 do Regimento Interno, vai suspender a reunião por 20 minutos, para que se configure o quórum necessário para votação. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Pareceres

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.078 e 2.613/2015 (À sanção).

Votação de Requerimentos

O presidente – Prosseguimento da votação do Requerimento Ordinário nº 2.651/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 3.654/2016 distribuído à Comissão de Segurança Pública para parecer. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento Ordinário nº 2.700/2016, do deputado Felipe Attiê, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.074/2015. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.284/2015 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.318/2015 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.385/2015 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.408/2015 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As deputadas e

os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 5.918/2016 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, primeiro quero agradecer-lhe pelo aparte. Serei muito breve, pois sei que V. Exa. tem um compromisso. Gostaria que V. Exa., 2º-vice-presidente desta Casa, pudesse nos ajudar. Estava comentando com o deputado João Leite que aprovamos hoje requerimentos de 2015, presidente. Temos requerimentos aqui que estavam há quase dois anos e meio na pauta. Por isso quero fazer um apelo a V. Exa. para que, durante uma reunião com a Mesa, peça ao presidente para dar maior vazão aos requerimentos. Estou mostrando ao deputado João Leite um outro requerimento, também de 2015, de minha autoria, que foi aprovado na Comissão de Administração Pública e que pede informações sobre o pagamento de diárias ao alto escalão da Polícia Militar, de 2011 até a presente data. Especificamos os nomes, o posto e os valores pagos, mas o requerimento está adormecido na Mesa desde 2015. Alguns aqui, por exemplo, falam dos excedentes no concurso para o cargo de perito criminal, mas o concurso já venceu! Veja, deputado Dalmo Ribeiro Silva, o requerimento da Comissão de Segurança Pública é para que seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal. O concurso já venceu! São absurdos que estão acontecendo. Não quero ser eu a transmitir ao presidente, deputado Dalmo, mas estamos chegando ao final de junho, e toda véspera de recesso represa os requerimentos e projetos. Desculpe-me a interrupção, presidente, mas o deputado João Leite me deu um auxílio oportuno. Para dar um exemplo a V. Exa., vamos lembrar que estivemos na cidade de Machado e que V. Exa. assinou comigo e com os deputados Ivair Nogueira e Antonio Carlos Arantes cinco requerimentos que passaram na Comissão de Segurança Pública na última terça-feira. Realizamos a audiência no dia 1º de junho, e ontem, dia 13 de junho, eles passaram na Comissão de Segurança Pública. Alguns desses requerimentos são pedidos de informações. Talvez o Marcelo e os demais assessores possam nos auxiliar nesse sentido, mas, enquanto o pedido de providências não precisa passar pela Mesa, o pedido de informação a órgão público tem que passar pela votação do Plenário e depende de parecer da Mesa. É aí que a nossa burocracia entra e deixa tudo lento. Imagine, então, que os pedidos de informações que estão lá não vão andar, presidente. Aí, até os vereadores, os prefeitos, a imprensa local e as lideranças comunitárias e empresariais que participaram e desejam a resposta vão ficar esperando pelo resto da vida. Então, o apelo que faço a V. Exa. é que peça ao presidente da Assembleia, deputado Adalclever Lopes, para dar agilidade aos requerimentos de pedido de informações que estão parados na Mesa. É o apelo que faço a V. Exa., agradecendo mais uma vez a sua presteza na condução dos trabalhos.

O presidente – Perfeitamente, deputado Sargento Rodrigues. Ouvi atentamente as palavras de V. Exa. e, na próxima reunião da Mesa, levarei a sua manifestação ao conhecimento do presidente e dos demais membros da Mesa.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 19, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/5/2017

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Tadeu Martins Leite e Cássio Soares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão

e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente designa relator o deputado Cássio Soares e, após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final dos seguintes projetos: Projetos de Lei nºs 132, 287, 320, 615, 698 e 797/2015. É designado o deputado Tadeu Martins Leite e, após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final dos seguintes projetos: Projetos de Lei nºs 972, 1.084, 1.346, 1.420, 1.628, 2.459, 2.668/2015, e 3.794, 3.840/2016 e 4.322/2017. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O presidente avoca a relatoria dos projetos dessa fase e, após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final dos seguintes projetos: Projetos de Lei nºs 1.136, 2.305, 2.908, 3.054, 3.063, 3.158/2015, 3.400, 3.478, 3.588, 3.608, 3.616, 3.624, 3.682, 3.687, 3.696, 3.703, 3.704, 3.706, 3.713, 3.714, 3.725, 3.740, 3.751, 3.755, 3.761, 3.765, 3.768, 3.769, 3.770, 3.772, 3.773, 3.783, 3.786, 3.797, 3.798, 3.801, 3.803, 3.816, 3.817, 3.835, 3.837, 3.839, 3.847, 3.848, 3.855, 3.873, 3.880, 3.885, 3.899 e 3.901/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoa a reunião extraordinária de hoje, às 18 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses – João Magalhães.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45/2017, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/5/2017

Às 17h3min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Arlete Magalhães e os deputados Durval Ângelo e Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidente acusa o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2017, no 2º turno, da qual designou relator o deputado Durval Ângelo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2017 na forma do vencido em 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2017.

Celise Laviola, presidente – Arlete Magalhães – Geraldo Pimenta.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/6/2017

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Thiago Cota, Dilzon Melo e André Quintão (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ione Pinheiro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.934/2015, no 2º turno, do qual designou como relator o deputado Dirceu Ribeiro. A seguir, a presidência suspende a reunião por 15 minutos. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença das deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e dos deputados Thiago Cota e Dilzon Melo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a

votação, é aprovado o Requerimento nº 7.290/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.504 e 8.505/2017. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.564/2017, do deputado Ivair Nogueira, em que requer seja realizada visita à secretária de Estado de Educação para a entrega do relatório de vista à Escola Estadual Cândido Portinari, em Betim, ocorrida em 24/5/2017, com o objetivo de averiguar as condições das instalações físicas da escola;

nº 8.565/2017, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a não liberação dos recursos necessários para a construção do novo prédio da Escola Estadual 13 de Maio, no Município de Uberlândia, visto que não há mais óbice para a sua construção e o projeto já se encontra pronto e aprovado desde 2012;

nº 8.566/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Profissional Delfim Moreira, no Município de Pouso Alegre, pelo seu centenário de existência, comemorado no dia 12/9/2017, bem como seja realizada reunião com convidados para a entrega do diploma referente ao voto;

nº 8.567/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater a situação da educação especial no Estado, com destaque para a oferta de profissionais de apoio ao atendimento dos estudantes com deficiência nas escolas da rede estadual.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Ione Pinheiro, presidente – João Vítor Xavier.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/6/2017

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Eliézer Finney Linhares, que requer seja encaminhado à Secretaria Regional de Ensino de Teófilo Otôni pedido de informações sobre a reserva de percentual de cargos para pessoas com deficiência nos processos seletivos realizados em 2016 e 2017. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.022/2017, em turno único, do qual designou como relator o deputado Nozinho. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.571/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação Ciência e Tecnologia para debater a situação da educação especial no Estado, com destaque para a oferta de profissionais de apoio ao atendimento dos estudantes com deficiência nas escolas da rede estadual;

nº 8.572/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para avaliar a pertinência do processo de transferência dos alunos da Escola Estadual Moreira Brandão para a Escola Estadual Virgínia Marcondes Escobar, vinculadas à Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre, bem como a diminuição do número de professores de apoio nessa última instituição;

nº 8.573/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à BHTrans pedido de providências com vistas a avaliar a viabilidade de estender o itinerário da linha 4108 a partir da Praça da Bandeira até a Praça Israel Pinheiro (Praça do Papa) e em seguida até as Ruas Juventino Dias e Prof. Otávio Coelho de Magalhães, com vistas a ampliar a disponibilidade de ônibus ao público usuário de cadeiras de rodas atendido pela Associação Mineira de Reabilitação – AMR.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Associação Mineira de Reabilitação – AMR –, realizada em 30/5/2017, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho – Ione Pinheiro.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Local visitado: Associação Mineira de Reabilitação

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 7.956/2017, de autoria do deputado Duarte Bechir, esta comissão visitou, no dia 30/5/2017, a Associação Mineira de Reabilitação – AMR –, com a finalidade de conhecer as instalações, as condições de funcionamento e o trabalho desenvolvido pela referida entidade em prol das pessoas com deficiência.

Participaram da visita o deputado Duarte Bechir, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e o deputado Nozinho, membro da comissão; e acompanharam os Srs. Sérgio Belisário, presidente da AMR, e Samuel Costa, assessor de comunicação e *marketing* da instituição.

Relato

Inicialmente, a comissão se reuniu com o presidente e o assessor de comunicação e *marketing* da Associação Mineira de Reabilitação – AMR –, que prestaram esclarecimentos sobre o funcionamento da instituição e os problemas atualmente enfrentados por ela. A seguir, foram apresentadas aos deputados as instalações da entidade.

Fundada em 1964, a AMR atende hoje 512 crianças e adolescentes, na faixa etária de zero a 17 anos, moradores da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com deficiências físicas causadas por disfunções neurológicas.

Para serem atendidos, os candidatos passam por avaliação clínica e social, sendo priorizados aqueles em situação de maior vulnerabilidade e risco social. Segundo Sérgio Belisário, há uma fila de espera muito grande, uma vez que novas vagas apenas são abertas quando um atendido, ao completar 18 anos, deixa a associação. No momento, como a maioria dos atendidos tem entre zero e 15 anos, não há previsão de abertura de novas vagas.

A instituição conta com 135 colaboradores (profissionais da área clínica, administrativa e de apoio) e 315 voluntários. Todos os médicos que trabalham na AMR – à exceção de um neuropediatra e um ortopedista, que fazem parte do seu quadro permanente, – atuam como voluntários e são pagos apenas pelo tempo dedicado em atos cirúrgicos.

O atendimento é gratuito e, além da assistência médica nas áreas de neuropediatria e ortopedia, são oferecidos atendimentos em diversas modalidades terapêuticas, como esportoterapia, fisioterapia, fonoaudiologia, musicoterapia, odontologia, psicologia e terapia ocupacional. A AMR também oferece acompanhamento de assistência social para as crianças e adolescentes e suas famílias.

O Núcleo de Ensino e Pesquisa – NEP – da entidade desenvolve pesquisas científicas e coordena o Programa de Aperfeiçoamento da AMR. Esse programa tem duração de um ano e seu objetivo é contribuir para a formação continuada de fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos que ingressam na associação.

A AMR dispõe, ainda, de uma oficina ortopédica, que confecciona órteses para os próprios pacientes, para o SUS e para particulares. A oficina também fornece para os pacientes cadeiras de rodas, escolares e para banho.

Muitas atividades são desenvolvidas por meio de projetos, executados em parceria com o poder público, empresas e voluntariado. No entanto, segundo Sérgio Belisário, houve um decréscimo significativo no aporte de recursos públicos e privados para a instituição no último ano. Em função disso, a AMR tem buscado outras fontes de recursos para manter a quantidade e a qualidade dos atendimentos.

Uma dessas fontes é a receita advinda do aluguel do espaço físico da associação para outras clínicas (especialmente na área de ortopedia) e para o Centro de Reabilitação – Creab – Centro-Sul, da Prefeitura de Belo Horizonte. O Corpo de Voluntários da AMR – CVAMR – também contribui de forma considerável, captando recursos por meio de eventos e campanhas, além de desenvolver atividades diretamente com os usuários e suas famílias. Além disso, a AMR recebe recursos advindos da utilização do estacionamento, gerenciado por uma empresa terceirizada.

Outro problema relatado por Sérgio Belisário é a dificuldade para adequação às normas sanitárias municipais. Segundo ele, a prefeitura determina que a AMR atenda aos mesmos critérios exigidos para os estabelecimentos hospitalares, o que não teria fundamento, por se tratar de uma instituição que presta unicamente serviços de reabilitação. Além disso, o atendimento a essas exigências acarretaria maiores custos à AMR em um momento de dificuldades financeiras.

Um grande problema por que passam muitas famílias atendidas é o do transporte para chegar à instituição. As instalações são situadas no Bairro Mangabeiras, em um acesso íngreme e servido apenas pela linha de ônibus 4103. Embora a prefeitura tenha ampliado o número de viagens dessa linha para atendimento à AMR, a dificuldade no trajeto persiste para muitas famílias. Como os ônibus só têm espaço reservado para uma cadeira de rodas, os usuários, após saírem dos atendimentos, precisam aguardar muito tempo até conseguirem um lugar vago para colocar o equipamento.

Além disso, em função da carência econômica, muitos pais utilizam uma linha de ônibus até certo ponto do trajeto e continuam o restante do caminho a pé. A prefeitura disponibiliza uma van para o deslocamento de pacientes da Praça da Bandeira (no cruzamento entre a Avenida Afonso Pena e a Avenida Bandeirantes) até a AMR; porém, de acordo com relato de um dos pais, os horários do serviço não são suficientes para atender à demanda.

Conclusão

A visita à Associação Mineira de Reabilitação foi profícua, pois permitiu à comissão conhecer o relevante trabalho desenvolvido por essa associação, bem como as dificuldades atualmente enfrentadas para a continuidade de suas atividades.

Em vista dos relatos apresentados, a comissão realizará uma audiência pública para debater as condições de funcionamento e o trabalho desenvolvido pela AMR em favor das pessoas com disfunções neurológicas, bem como as necessidades observadas para o custeio de suas atividades.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2017.

Nozinho, relator.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/6/2017

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Carlos Henrique, Ivair Nogueira e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a

reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Heberth Percope Seabra, gerente de filial da CEF, publicada no *Diário do Legislativo* de 1º/6/2017. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.560/2015, no 2º turno, (deputado Cássio Soares); e 1.097/2015 (deputado Cássio Soares); 2.516, 2.518 e 2.954/2015, este em virtude de redistribuição (deputado Ivair Nogueira); 1.098, 1.922 e 2.517/2015, e Projeto de Lei Complementar nº 7/2015, (deputado Ulysses Gomes), todos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.560/2015 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Tito Torres, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 42/2017 (relator: deputado Ivair Nogueira), que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Ivair Nogueira – Gustavo Valadares – João Magalhães.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/6/2017

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite e Léo Portela. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 3.862/2016, de autoria do governador do Estado, que dispõe sobre a prática de atividades de área de competência do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais por voluntários, profissionais e instituições civis e dá outras providências. Registra-se a presença do deputado Dirceu Ribeiro. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Cel. BM Erlon do Nascimento Botelho, comandante Operacional dos Bombeiros Militar de Minas Gerais, representando o governador do Estado; Cel. BM Altamir Penido da Silva, 2º vice-presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares – AOPMBM, representando o presidente da associação; Cap. BM Jordana de Oliveira Filgueiras Daldegan, Corpo de Bombeiros Militar junto à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom – Contagem; Fabricio de Oliveira Coelho, presidente da Associação de Bombeiros Voluntários de Três Marias; Ivan Campos de Carvalho, presidente do Conselho Nacional de Bombeiros Civis – Brasília (DF); 3º Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares – Aspra; e Ten. Cel QOR BM Antônio Afonso da Silveira Rocha, proprietário do Centro de Treinamento da Radical Center. A presidência concede a palavra ao deputado Léo Portela, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

João Magalhães, presidente – Durval Ângelo – João Leite – Geraldo Pimenta.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2017

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o envolvimento do poder público estadual no diagnóstico e no tratamento do angioedema hereditário, na capacitação dos profissionais e agentes de saúde para lidar com a doença e a debater as doenças de Crohn e a retocolite ulcerativa, ambas doenças inflamatórias intestinais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria de Lourdes Ferrari, coordenadora do Ambulatório do Intestino do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, também representando a superintendente; Raquel de Oliveira Martins, vice-presidente da Associação Brasileira de Portadores de Angioedema Hereditário; Maria das Graças Pimenta Sanna, coordenadora da Comissão de Assuntos Institucionais da Sociedade Mineira de Gastroenterologia; Patricia Mendes Santos Quintiliano, presidente da Associação Mineira de Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais; Ana Cláudia Calixto Coelho, representante da Adiiizom; Iracema Rocha Soares, coordenadora da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho; Mariana Resende Batista, advogada da Associação Mineira de Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais – Admii; Fabiana Queiroz Araújo, representante da causa do angioedema hereditário; e Luciana Araújo Oliveira Cunha, médica do Ambulatório de Imunodeficiências Primárias do Hospital das Clínicas da UFMG; e os Srs. Charles Carvalho, assessor, representando o secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Henrique Andrade do Carmo, diretor administrativo da Santa Casa de Bom Despacho; e Luciano Martins Rena Silva, presidente do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado Antonio Carlos Arantes, um dos autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais. Ato contínuo, registra-se a presença do deputado Léo Portela, também autor de um dos requerimentos que originou o debate, que, em seguida, faz uso da palavra para tecer suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2017.

Doutor Wilson Batista, presidente – Doutor Jean Freire – Bonifácio Mourão – Antônio Jorge.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/6/2017

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos produtores de eucalipto do Leste de Minas. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.986, 5.995, 6.010, 6.038, 6.040, 6.041, 6.095, 6.097, 6.109, 6.112 e 6.116/2016 (11/5/2017); 5.960, 5.979, 6.053, 6.077, 6.111/2016 (17/5/2017); 5.962, 5.970, 6.031, 6.034, 6.069, 6.155/2016 (20/5/2017); e do Sr. Herbert José de Almeida Carneiro, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, prestando

informações relativas ao Requerimento nº 5.666/2016 (11/5/2017). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ana Carolina Gomes, analista de agronegócios da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg, representando Pierre Santos Vilela, superintendente do Instituto Antônio Ernesto de Salvo – Inaes; Adriana Maugeri, diretora executiva da Associação Mineira de Silvicultura – AMS; e Cláudia Schanen Stancioli, secretária executiva da Câmara da Indústria de Base Florestal; e os Srs. Leonardo Brumano Kalil, representando Pedro Cláudio Coutinho Leitão, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa; Sérgio Regina, engenheiro da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater; Novais Luz da Silva, associado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipatinga, representando José Eudes Chaves Gandra, presidente; José de Castro Silva, professor da Universidade Federal de Viçosa – UFV – e associado da Advocacia Ambiental e Engenharia Florestal; e Dárcio Calais, assessor técnico do Sindicato das Indústrias de Ferro de Minas Gerais. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente – Marília Campos – Cristiano Silveira.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/6/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 4.028/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os critérios de segurança que são adotados pelos órgãos de captação de sangue no Estado para evitar doações e transfusões de sangue contaminado com dengue, zika e chikungunya. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.033/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o andamento do relatório do grupo de trabalho constituído para

promover estudos e propostas de concessão de benefícios tributários e econômicos que possam tornar a Zona da Mata competitiva. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.103/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a prevenção e o combate à leishmaniose visceral canina no Estado, especificando-se o entendimento dessa secretaria sobre a relação entre o controle ético populacional e o avanço da doença nas populações canina e humana. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.104/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a prevenção e o combate à leishmaniose visceral canina no Estado, especificando-se se existe um mapeamento das áreas de prevalência da doença e um resultado parcial para ser apresentado, quantos *kits* para inquérito sorológico canino foram repassados, qual a atual demanda e como é feita a distribuição desses *kits*, quantos cães sorologicamente positivos foram eliminados nos últimos cinco anos, a taxa de renovação da população canina e o quantitativo de tutores que apresentam uma contraprova ao serviço público antes de o animal ser entregue para eutanásia e se, além da eutanásia, existe alguma outra forma de combate à doença sendo executada. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.125/2016, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a existência de benefício consistente no parcelamento de débitos contraídos perante a companhia, para o cidadão que demonstrar hipossuficiência financeira para quitação desses débitos, especificando, em caso positivo, quais os critérios para o gozo do benefício, o número de parcelas em que pode dar-se o pagamento e os demais procedimentos adotados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.126/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a falta de professores na rede estadual de ensino do Município de Juiz de Fora, especificando quantas e quais escolas estão passando por esse problema. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.302/2016, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a possibilidade de apoio a todas as residências médicas, nos moldes do que foi aprovado na Resolução SES/MG nº 5.169, de 3 de março de 2016, que trata de medicina de família e comunidade, clínica médica, pediatria e ginecologia e obstetrícia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.678/2016, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os valores recebidos a título de taxa de esgoto nos anos de 2013 a 2015, em Divinópolis, relativos ao contrato de prestação de serviço de esgotamento sanitário. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.687/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações acerca do Presídio Dênio Moreira de Carvalho, localizado em Ipaba, especificando a capacidade do estabelecimento prisional, o número atual de detentos, o número de agentes de segurança por turno, por plantão, com a carga horária e a escala de folga, e se o estabelecimento prisional possui equipamentos de segurança para os agentes, como armamentos, munições e coletes, conforme estabelecido na Lei nº 18.015, de 2009. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.788/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre a distribuição do efetivo nos municípios que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.900/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações com o diagnóstico das escolas rurais em funcionamento no Estado, através das superintendências de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 5.219/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam – pedido de informações sobre a situação do contrato com a entidade delegatária que atua como agência de bacia dos comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e seus afluentes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.266/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre as entidades equiparadas no Estado para o exercício das funções de agência de bacia hidrográfica; o volume de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, por bacia hidrográfica, desde o início da cobrança; e os projetos de recuperação ambiental elaborados no âmbito dos planos de aplicação dos comitês de bacia hidrográfica, especificando quais deles foram efetivamente executados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto um substitutivo, que recebeu o nº 1, e uma emenda, que recebeu o nº 1, que serão submetidos a votação independentemente de parecer.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2015, do deputado Inácio Franco e outros, que dá nova redação ao *caput* do art. 13 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 42/2015, do deputado Cabo Júlio, que altera a redação do art. 3º da Lei Complementar nº 76, de 13 de janeiro de 2004. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 926/2015, do deputado André Quintão, que dispõe sobre a celebração de parcerias entre o poder público e entidades e organizações de assistência social para a execução de ações no âmbito da política de assistência social, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.284/2016, do deputado Cabo Júlio, que dá nova redação ao art. 5º - A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, que cria o Fundo Estadual de Habitação, e 14.695, de 30 de julho de 2003, que cria a carreira de Agente de Segurança Penitenciário, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.664/2016, do deputado Dirceu Ribeiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinésia os trechos rodoviários que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.151/2017, do governador do Estado, que cria o Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão do Trabalho.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/6/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/6/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 7.416/2017, do deputado Gustavo Santana.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/6/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/6/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.747/2015, do deputado Antonio Lerin.

Requerimento nº 7.197/2017, do deputado João Vítor Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/6/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/6/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 20/6/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.876, 5.888 a 5.890, 5.921, 6.070, 6.071, 6.121, 6.134 e 6.135/2016, do deputado Cabo Júlio.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 20/6/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados André Quintão, Coronel Piccinini e Nozinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/6/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.154/2017, do governador do Estado, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 3.694/2016, do deputado Dilzon Melo, 3.716/2016, do deputado Rogério Correia, 3.720/2016, do deputado Tito Torres, 3.733/2016, do deputado André Quintão, 3.756/2016, do deputado André Quintão, 3.760/2016, do deputado Tadeu Martins Leite, 3.784/2016, do deputado Gil Pereira, 3.812/2016, da deputada Marília Campos, 3.826/2016, do deputado Ivair Nogueira, 3.828/2016, do deputado Ivair Nogueira, 3.877/2016, do deputado Hely Tarquínio, 3.882/2016, do deputado Wander Borges, 3.898/2016, do deputado Noraldino Júnior, 3.915/2016, do deputado Rogério Correia, 3.947/2016, do deputado Iran Barbosa, 3.956/2016, do deputado Lafayette de Andrada, 3.964/2016, do deputado Missionário Marcio Santiago, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 7.004/2017, do deputado Sargento Rodrigues, 7.281, 7.285, 7.286 e 7.422/2017, da Comissão de Participação Popular, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2017.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, e os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 20/6/2017, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a segurança do homem do campo e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/6/2017, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.843/2016, do governador do Estado, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 63 e 64/2017, do Procurador-Geral de Justiça, 65/2017, do governador do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 3.844/2016, 4.148, 4.154 e 4.280/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2017.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/6/2017, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar n°s 63 e 64/2017, do procurador-geral de justiça, e 65/2017, do governador do Estado, e dos Projetos de Lei n°s 3.844 e 4.154/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2017.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Desenvolvimento Econômico**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Braulio Braz, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 20/6/2017, às 17 horas, à Procuradoria-Geral de Justiça e à Coordenadoria da Força-Tarefa Caso Samarco, com a finalidade de debater a retomada das atividades da empresa Samarco Mineração S.A.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2017.

Roberto Andrade, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.078/2015****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.078/2015, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em julho de 1997, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.078/2015

Concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica concedida anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997, em observância ao disposto na Lei federal nº 12.505, de 11 de outubro de 2011.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – João Magalhães, relator – Tiago Ulisses.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.783/2015

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.783/2015, de autoria do deputado Gustavo Corrêa, que declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Projeto Boa Esperança – Astrabe –, com sede no Município de Buritis, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.783/2015

Declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Projeto Boa Esperança – Astrabe –, com sede no Município de Buritis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Projeto Boa Esperança – Astrabe –, com sede no Município de Buritis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.037/2015

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.037/2015, de autoria do deputado João Leite, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Rural da Comunidade de Piabanha, com sede no Município de Senador Modestino Gonçalves, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.037/2015

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Rural da Comunidade de Piabanha, com sede no Município de Senador Modestino Gonçalves.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Rural da Comunidade de Piabanha, com sede no Município de Senador Modestino Gonçalves.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.558/2016

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.558/2016, de autoria do deputado Dilzon Melo, que declara de utilidade pública a Associação Águas da Mantiqueira de Minas, com sede no Município de Lambari, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.558/2016

Declara de utilidade pública a Associação Águas da Mantiqueira de Minas, com sede no Município de Lambari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Águas da Mantiqueira de Minas, com sede no Município de Lambari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.613/2016

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.613/2016, de autoria do deputado Arnaldo Silva, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abadia dos Dourados o trecho que especifica, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.613/2016

Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Abadia dos Dourados.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia AMG-1835 compreendido entre o entroncamento da MGC-352 e o Município de Abadia dos Dourados, com a extensão de 1,6 km (um vírgula seis quilômetro).

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Abadia dos Dourados a área correspondente ao trecho de rodovia de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área a que se refere o *caput* integrará o perímetro urbano do Município de Abadia dos Dourados e destina-se à instalação de via urbana.

Art. 3º – A área objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – João Magalhães, relator – Tiago Ulisses.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.666/2016

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.666/2016, de autoria do deputado Dilzon Melo, que declara de utilidade pública a Associação Santa Clara de Assis, com sede no Município de Varginha, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.666/2016

Declara de utilidade pública a Associação Santa Clara de Assis, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Santa Clara de Assis, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.680/2016

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.680/2016, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Remanescentes Quilombolas de Barreiro – Ascorquib –, com sede no Município de Januária, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.680/2016

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Remanescentes Quilombolas de Barreiro – Ascorquib –, com sede no Município de Januária.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Remanescentes Quilombolas de Barreiro – Ascorquib –, com sede no Município de Januária.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.681/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.681/2016, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Onça, Quilombolas e Adjacências, com sede no Município de Januária, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.681/2016

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Onça, Quilombolas e Adjacências, com sede no Município de Januária.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Onça, Quilombolas e Adjacências, com sede no Município de Januária.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.683/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.683/2016, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, que declara de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho da Cruz, com sede no Município de Januária, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.683/2016

Declara de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho da Cruz, com sede no Município de Januária.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho da Cruz, com sede no Município de Januária.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.766/2016

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.766/2016, de autoria do deputado Léo Portela, que declara de utilidade pública a Associação dos Feirantes de Mateus Leme – AFML –, com sede no Município de Mateus Leme, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.766/2016

Declara de utilidade pública a Associação dos Feirantes de Mateus Leme – AFML –, com sede no Município de Mateus Leme.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Feirantes de Mateus Leme – AFML –, com sede no Município de Mateus Leme.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.823/2016

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.823/2016, de autoria do deputado Antônio Jorge, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Distrito de Conceição de Ibitipoca, com sede no Município de Lima Duarte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.823/2016

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Distrito de Conceição de Ibitipoca, com sede no Município de Lima Duarte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Distrito de Conceição de Ibitipoca, com sede no Município de Lima Duarte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.890/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.890/2016, de autoria do deputado Paulo Guedes, que declara de utilidade pública a Creche Comunitária São Judas Tadeu, com sede no Município de Nova Lima, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.890/2016

Declara de utilidade pública a Creche Comunitária São Judas Tadeu, com sede no Município de Nova Lima.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Creche Comunitária São Judas Tadeu, com sede no Município de Nova Lima.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.894/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.894/2016, de autoria do deputado Elismar Prado, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Andorinhas, com sede no Município de Presidente Olegário, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.894/2016

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Andorinhas, com sede no Município de Presidente Olegário.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Andorinhas, com sede no Município de Presidente Olegário.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.972/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.972/2016, de autoria do deputado Wander Borges, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento e Valorização Humana – Aprova, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.972/2016

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento e Valorização Humana – Aprova, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento e Valorização Humana – Aprova, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.098/2017**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 4.098/2017, de autoria do deputado Leonídio Bouças, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores de Arcos, com sede no Município de Coromandel, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.098/2017

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores de Arcos, com sede no Município de Coromandel.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores de Arcos, com sede no Município de Coromandel.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses, relator – João Magalhães.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 7/6/2017**

O deputado Doutor Jean Freire* – Boa tarde a todos: presidente, caros colegas deputados e deputadas, público que nos acompanha, telespectadores da TV Assembleia.

Houve momentos em nossa vida pública em que viemos aqui fazer denúncias, houve momentos em que viemos fazer pedidos ao Poder Executivo, houve momentos em que também viemos agradecer. Em muitos momentos usei esta tribuna para relatar a respeito do asfalto da LMG que liga Virgem da Lapa a Ijicatu, que hoje já está sendo feito, mesmo neste momento de crise que o Estado e o País vivem.

Sr. Presidente, hoje venho aqui tratar de um programa do governo do Estado, o Voe Minas Gerais. Muitos aqui teceram críticas a esse programa, e, no dia a dia, quando falamos desse programa, alguns comentam a respeito dos preços das passagens. Mas ontem fiz parte do primeiro voo para a cidade de Araçuaí, no Médio Jequitinhonha. O Vale do Jequitinhonha até pouco tempo ficava sem contato com a capital por via aérea. E é bom lembrar, presidente e caros colegas deputados e telespectadores, que muito tempo atrás já houve essa linha aérea ligando o Jequitinhonha a Belo Horizonte. Tínhamos até linha férrea ligando Araçuaí à Bahia, a tão famosa Estrada de Ferro Bahia e Minas.

Ontem, ao chegar à cidade de Araçuaí, com o morador daquela cidade, empreendedor e amigo Pedro Antônio, ele dizia que é um absurdo conviver com progressos que chegam à nossa região e com o tempo deixam de existir. Mas a felicidade maior em fazer esse voo ontem para Araçuaí foi ter no avião um senhor de 80 anos, também de nome Pedro. Deputado Rogério, o Sr. Pedro me dizia que esse voo para ele era histórico.

Em 1960, há 57 anos, o Sr. Pedro saiu da cidade de Araçuaí de avião, em uma linha normal de passageiros da empresa nacional Real, posteriormente adquirida pela Varig. Vejam que o Sr. Pedro saiu de avião para Belo Horizonte há 57 anos, em 1960! Nossa viagem, que durou cerca de 1 hora e 20 minutos, ficou muito mais agradável com as histórias contadas pelo Sr. Pedro, um senhor de 80 anos que pôde retornar ao Vale do Jequitinhonha nesse voo da Codemig, um programa do governo do Estado.

Alguns acham que devemos tecer somente críticas, mas neste momento temos de agradecer por esse avanço, sim. Outros vão perguntar pelas estradas e dizer que precisamos lutar por elas. Elas estão sendo feitas e asfaltadas, mas não devemos desmerecer o valor desse programa. Hoje temos voos para as cidades de Almenara, Diamantina, Teófilo Otôni e Salinas, saindo de Belo Horizonte, e de Salinas para Montes Claros. Isso é avanço, sim. Há momentos em que temos de fazer críticas? Sim; é o nosso papel. Há

momentos em que temos de fazer cobranças? Sim; é o nosso papel. Mas há um momento, especialmente este momento de crise, em que, independentemente de questões partidárias, temos de reconhecer os avanços.

Ouvi alguém dizer do preço da passagem e vou fazer uma comparação. Neste momento, uma passagem para Governador Valadares – se não me engano, a companhia é a Azul – custa R\$722,00. Neste momento, uma passagem ainda para o dia de hoje para Teófilo Otôni custa R\$400,00. O voo vai mais longe e é mais barato. Podem dizer que depende do momento em que se compra a passagem. É verdade, mas é bom dizer que esse programa está sendo subsidiado pelo governo do Estado. Por que não temos de colocar voos para essa região, que mais precisa deles? Por que as pessoas de Salinas, Diamantina, Araçuaí e região, Almenara e região, do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha não precisariam desse acesso? E por que o governo do Estado, pela Codemig, não teria de aportar recursos? Tem, sim. O governo tem de fomentar esses voos, sim. Temos de fazer isso. É papel do governo, sim, para que possa chegar o momento em que outras empresas vejam que é válido e viável o voo para essas regiões.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Primeiramente, quero congratular-me com o deputado Doutor Jean Freire e parabenizar o governo e a Codemig por essa iniciativa tão importante.

Aproveito para agradecer o anúncio feito pelo governador na última quinta-feira, em Montes Claros, em relação aos voos, que, a partir deste mês, ocorrerão nestes trechos: Montes Claros – Jaíba, Montes Claros – Salinas e Montes Claros – Araçuaí. Eles serão muito importantes para o desenvolvimento de nossa região. Além disso, deputado Doutor Jean Freire, já fiz um pedido ao governador e ao pessoal da Codemig. Estou vendo aí o Zé Boy, prefeito de Ponte Chique, que veio me fazer uma cobrança. Temos dois aeroportos bons de cidades-polo no Norte de Minas que ainda não foram incluídos. Poderia haver uma rota saindo de Januária e passando por Pirapora; e de lá a Belo Horizonte. Estamos fazendo a defesa dessa rota, que tem demanda e ajudará no desenvolvimento da região.

Realizaremos, amanhã, uma grande audiência pública em Januária para discutir a candidatura do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu como patrimônio da humanidade, um reconhecimento do selo pela Unesco. Certamente, indo esse programa de aviação para Januária, fortalecerá a candidatura da cidade e do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu para o selo da Unesco de patrimônio da humanidade.

Portanto, quero parabenizar a sua fala e agradecer ao governador. Estamos muito contentes. Esperamos que esse programa seja, de fato, extensivo a outras cidades-polo, como acabei de dizer: Januária, Pirapora, Janaúba, enfim, cidades que têm porte para receber e bons aeroportos.

O deputado Doutor Jean Freire* – Obrigado, deputado Paulo Guedes. Quando V. Exa. fazia uso da palavra, o deputado Gustavo Santana me trouxe outro dado importante. Ele comprou passagem para Valadares para o dia 17 de junho no valor de R\$1.499,00. Enquanto isso, uma passagem hoje para Teófilo Otôni custa R\$400,00.

Então, a crítica e os conflitos são importantes e só enaltecem. Esse voo será para um momento de urgência e de extrema necessidade e também para que lideranças, prefeitos, vereadores, associações e empreendedores possam utilizá-lo. Essas regiões são ditas mais pobres – não gosto de usar esse termo, presidente –, com um povo empobrecido, mas são ricas. O Vale do Jequitinhonha produz pedras preciosas e granito e possui cidades com potencial imenso de fruticultura e de outros tipos de vegetais. Vejam a questão da mandioca. Aliás, neste final da semana, teremos uma festa típica da agricultura familiar, a festa da mandioca na cidade de Almenara. A festa típica da manga na cidade de Itaobim, uma das mais belas da região, é realizada em outubro e novembro. Temos ainda o plantio de banana na cidade de Araçuaí e o de abacaxi na cidade de Berilo, mais especificamente próximo ao Distrito de Lelivéldia. Portanto, essa região tem muito que mostrar. Há a questão também do lítio. É uma das regiões que mais produz lítio neste país. O lítio sai de lá. Mas qual é o valor agregado que deixa na região?

Então, fazer essa comunicação, ou melhor, esses voos para lá vem também ajudar no potencial da região, para que homens e mulheres de negócio a frequentem mais. Precisamos trazer essas questões para a Codemig. Já estou pedindo uma reunião com o

presidente da Codemig para discutirmos também essas questões. Há dois anos, estive lá discutindo sobre os voos. Agora queremos fazer uma integração maior e trazer aqui empreendedores da região para se encontrarem com o nosso presidente, Marco Antônio. Para quê? Para potencializarmos a nossa região com produtos que temos lá. É uma região rica. Costumo dizer que pobre é quem acha que ela é pobre. As pessoas precisam de oportunidades. É somente disso que aquela região precisa.

É com muita gratidão que quero agradecer ao nosso governador, Fernando Pimentel, e à Codemig, que pegou esse projeto, debruçou-se sobre ele e está acreditando nessas regiões. Citei aqui especificamente a região Norte, a região de Jequitinhonha e a região do Mucuri. Mas sabemos que esse voo hoje está se interiorizando cada vez mais, para outras regiões também no Sul, cidades-polo que não tinham esse acesso, mas que agora têm.

Queria tecer essa homenagem ao Sr. Pedro, de 80 anos. Fiquei muito feliz de fazer essa viagem com aquele senhor, que contou muitas histórias. Aprendi muito. Nessas pequenas expressões devemos reconhecer os avanços. Um senhor que em 1960 veio para Belo Horizonte em uma linha normal de avião e, agora, está retornando ao Vale do Jequitinhonha também usando uma linha que está colocando as pessoas mais perto. Além disso, vai poder ajudar mais na questão da saúde, do acesso, para que outros profissionais possam trabalhar na região. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* – Cumprimento o Sr. presidente, as Sras. deputadas e os Srs. deputados, o público presente. Quero cumprimentar ainda o pessoal do Sindpol, que se faz presente em nossas galerias, e saudar o nosso chefe de polícia de Montes Claros, do Norte de Minas, o Dr. Renato, que também está presente.

Presidente, quero fazer, desta tribuna, uma convocação muito importante para todos nós, do Estado de Minas Gerais, especialmente para o povo do Norte de Minas. Todas as organizações sociais de defesa do meio ambiente irão se reunir amanhã, na cidade de Januária, onde vamos realizar, por meio da Comissão de Assuntos Municipais desta Casa, uma grande audiência pública, que tem um objetivo muito nobre. Estamos encampando o movimento que não é só desta Casa, mas de várias instituições e organizações sociais de defesa do meio ambiente de nossa região. Realizaremos uma audiência pública para promover o debate, para promover a ideia do reconhecimento, pela Unesco, do nosso Parque Nacional Cavernas do Peruaçu como patrimônio da humanidade. Então já estou aqui convidando os nossos prefeitos, as lideranças da região, os vereadores, os presidentes de instituições, todos os ambientalistas da nossa região, o povo que mora no entorno do parque.

Esse debate chega em uma boa hora porque o Parque Nacional do Peruaçu é uma das maiores riquezas naturais que temos neste país, uma beleza indescritível. São dezenas e mais dezenas de cavernas e pinturas rupestres.

É uma maravilha esculpida por Deus deixada naquela região, que agora, depois de muito tempo, está aberta ao público. O parque ficou fechado muito tempo, mas já está com toda a infraestrutura organizada. Agora vem o movimento das entidades, para que a Unesco reconheça esse local como patrimônio da humanidade, um patrimônio ambiental da humanidade. O que vamos fazer, amanhã, em Januária, é reforçar essa candidatura, reforçar essa luta, chamar as autoridades para somar forças, no sentido de convenceremos a Unesco a aceitar esse pleito, para que essa obra-prima possa ter esse reconhecimento.

Ao mesmo tempo, quando se discute o Peruaçu, é um momento também em que a comissão vai discutir a organização dos demais parques existentes na nossa região. A região do Norte de Minas é a que tem maior cobertura vegetal do Estado. Temos mais de 2.000.000ha de parques. Somos o pulmão deste estado. Assim como a Amazônia está para o Brasil, o Norte de Minas está para este estado. Queremos também fazer outras discussões além da do Parque do Peruaçu. Discutir, por exemplo, a redistribuição mais correta do ICMS no nosso estado. Estamos propondo, nesta Casa, as mudanças das regras da redistribuição do ICMS Ecológico, na Lei Robin Hood, que tira recursos dos municípios pobres do Norte de Minas, do Jequitinhonha, para dar aos municípios ricos do Sul e da região central do Estado. Estamos fazendo essas modificações para se fazer justiça. Quando votaram nesta Casa a Lei Robin Hood, quando ela foi promulgada, Doutor Jean, seria para ajudar os mais pobres. Mas, na realidade, essa lei, no quesito ICMS Ecológico, tira dos

municípios pobres para dar aos municípios ricos, e precisamos fazer essa correção. Por isso estamos atentos, fazendo todas as cobranças necessárias, para que a gente possa, de fato, fazer essas mudanças na Lei Robin Hood nesta Casa. Então, amanhã, vamos ter o prazer de fazer essa grande audiência pública na cidade de Januária.

No dia 9, às 8 horas, vamos participar também de uma audiência pública na cidade de Manga, para discutir o projeto da ponte entre Manga e Matias Cardoso. É um movimento que envolve o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e os municípios ao redor do Município de Manga. Portanto, amanhã, representando a cidade e a região, estamos levando para participar também dessa audiência pública o secretário adjunto de Obras do Estado de Minas Gerais. Teremos notícias boas para a cidade de Manga. Quando o governador Fernando Pimentel visitou Matias Cardoso, no Dia dos Gerais, em dezembro do ano passado, autorizou o DEER a licitar o projeto da ponte Manga-Matias Cardoso. O DEER já fez o dever de casa, já fez o processo de licitação e, na audiência, que ocorrerá na sexta-feira, em Manga, vai homologar o resultado da licitação e anunciar a empresa vencedora para fazer o projeto da ponte entre Manga e Matias Cardoso.

O DEER também anunciou, na visita do governador, em Montes Claros, na semana passada, a conclusão do projeto de outra ponte também muito importante para o desenvolvimento da nossa região, o projeto da ponte São Francisco-Pintópolis, que acabou de ficar pronto. Por isso venho à tribuna fazer esses agradecimentos.

Queria agradecer a ida do governador Fernando Pimentel a Montes Claros, nos fóruns regionais, na quinta-feira da semana passada, onde nos brincou com muitos anúncios importantes para a nossa região. O governador Fernando Pimentel entregou em Montes Claros, na quinta-feira, 26 novas ambulâncias ao Samu do Norte de Minas. Além disso, conseguimos, junto com o governador Fernando Pimentel, um aumento no repasse do custeio do Samu, no que se refere à parcela do Estado, de R\$500.000,00 a mais por mês, o que permitiu melhorar o nosso sistema de atendimento em toda a região. Agora, com a entrega de 26 novas ambulâncias, vamos melhorar ainda mais esse serviço.

Quero parabenizar o Sr. Silvaneu Batista, prefeito de Porteirinha e presidente do consórcio Cisrun, que coordena o Samu do Norte de Minas e está fazendo um belíssimo trabalho no consórcio, ao lado da secretária executiva, Dra. Kelly.

Agora nesta semana e na próxima, visitaremos as bases e entregaremos as novas ambulâncias a várias cidades da região do Norte de Minas. Na ocasião, quando o governador anunciou e entregou as 26 novas ambulâncias ao Samu, fizemos-lhe outro pedido. Com a aquisição dos helicópteros com que o governo está equipando o Samu, pedimos a ele que um deles fosse destinado ao Samu do Norte de Minas.

Então são boas notícias que o governador anunciou nos fóruns, no dia 1º, entre elas, Doutor Jean Freire, a liberação de R\$11.800.000,00 para a perfuração de mais poços artesianos pelo Idene nas regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri do nosso estado. Foram vários anúncios, como o que V. Exa. acabou de citar, como as linhas aéreas para Araçuaí, Salinas e Jaíba. A Codemig já está fazendo um estudo para a possibilidade de estender isso para Januária e Pirapora. Então estamos muito felizes pelos vários assuntos tratados pelo governador na visita a Montes Claros.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Paulo Guedes. Queria parabenizá-lo pelo seu trabalho. Estive, há pouco tempo, próximo ao parque, visitei a região da cidade de Januária, e realmente o Parque Nacional do Peruaçu é um belíssimo parque. V. Exa. tem o nosso apoio nessa luta, nessa demanda de transformá-lo em patrimônio da humanidade. Sabemos como tem sido difícil essa questão do meio ambiente, deputado. Sei da sua luta incansável.

Queria dizer que estamos aí com um projeto de lei para criar o Parque da Pedra Misteriosa, no Baixo Jequitinhonha, mas uso a palavra agora simplesmente para tentar tranquilizar as pessoas, porque, quando se faz um projeto de lei, assim que tomamos essas iniciativas, sempre, em qualquer que seja o projeto, vamos ouvir as pessoas. Após apresentar as demandas, apresentar o projeto, a iniciativa à Casa, vamos fazer audiências e ouvir as pessoas.

Agora, na sexta-feira e no sábado, estaremos na cidade de Jacinto e Rubim, respectivamente, ouvindo aquelas pessoas.

Agradeço-lhe este espaço, primeiro, para lhe parabenizar, e, segundo, para tranquilizar as pessoas, pois as atitudes são para escutá-las, ouvi-las em relação à criação do Parque da Pedra Misteriosa. Sempre digo que as pessoas são a parte mais interessada. E temos de ouvir, dialogar, tirar as dúvidas, porque alguns por desconhecimento e outros por maldade colocam na cabeça das pessoas que a criação do parque trará prejuízos.

Você falou muito bem da questão do ICMS Ecológico, sabemos disso. Mas é essencial ouvir para dialogar, para saber se é isso que as pessoas querem.

Queria lhe agradecer por abrir este espaço e tranquilizar as pessoas que vão participar da audiência, dizendo que nosso intuito é dialogar, é saber se é isso mesmo que elas querem. Muito obrigado, deputado.

O deputado Paulo Guedes* – Obrigado, deputado Doutor Jean. Sei da sua postura, da sua luta em defesa do Vale do Jequitinhonha, e estamos com V. Exa. para somar nesses projetos, no que for possível, no sentido de reforçá-los.

Vivemos numa região muito seca. Estamos atravessando a maior seca da história; são sete anos. Temos várias cidades do Norte de Minas sendo abastecidas por caminhões-pipa. Estamos com um problema de abastecimento de água em Montes Claros, que é a Barragem de Juramento, que está com 30% da capacidade. É um momento de fazermos uma grande reflexão sobre a importância da preservação ambiental, sobre a preservação das nossas nascentes. São oportunos projetos nesse sentido para conscientizar as pessoas a cuidarem melhor do meio ambiente. Por isso é que a audiência que faremos amanhã é um passo fundamental, inclusive, para mudar essa concepção em relação aos parques da nossa região.

Precisamos – e aqui faço uma cobrança aos órgãos ambientais do Estado, ao IEF e à Secretaria de Meio Ambiente – de regulamentar, regularizar nossos parques, abrir nossos parques para a população, para que o povo possa participar, para que esses parques possam gerar renda e oportunidades, através do turismo, por meio das belezas naturais que têm. Abrir para que eles possam ser visitados, gerando renda e oportunidades para quem vive em torno deles. Na audiência de amanhã, em Januária, também serão debatidos assuntos importantes como esse. Portanto, fica aqui o nosso convite a todo o povo de Januária, Itacarambi, São João das Missões, Manga, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Miravânia, Pedra de Maria da Cruz, Lontra, Jaíba, enfim, a todos os que estão ao redor de Januária, para comparecerem, amanhã, às 14 horas, no auditório da superintendência de ensino, onde estaremos com vários deputados dessa região e com a Comissão de Assuntos Municipais para discutir e reforçar a candidatura do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu como patrimônio da humanidade, reconhecido pela Unesco.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Léo Portela, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, faço aqui um aceno especial aos policiais civis que enchem as galerias da Assembleia Legislativa nesta tarde. Vejo que muitos são veteranos na Polícia Civil, com disposição ainda de servir o Estado de Minas Gerais. É disso que precisamos. Ao vê-los, lembro-me muito do meu pai, que esteve por anos na Polícia Civil, e fico pensando, senhores policiais que serviram o Estado de Minas Gerais por tanto tempo, como vocês devem estar recebendo, deste Plenário da Assembleia, hoje, tantas notícias de compra de helicópteros, de compra de ambulâncias, num tempo em que os policiais civis, os policiais militares, líder Denilson, recebem seus salários parceladamente, em três vezes. A comemoração que queremos é que este governo cumpra seu dever com o servidor público, com aquele que serviu na Polícia Civil, com aquele que deu a vida dele, porque era assim.

Lembro-me de que nós, cinco filhos, esperávamos meu pai, num tempo em que não havia iluminação pública em Belo Horizonte. Meu pai descia no bonde, lá em Nova Suíça, ia a pé, até em casa – sei da história de muitos de vocês – e esperávamos a chegada dele, depois de dar a vida dele nas ruas, como vocês deram. E o que vocês têm do Estado hoje? Salário parcelado de três vezes, ao ouvirem que o Estado está tão bem, comprando helicóptero. Há linha de aviação no Estado, e o pedido aqui é que se amplie essa linha de aviação.

Ora, como faremos na nossa casa?

Se eu recebo de três vezes, tenho de diminuir meus gastos para investir no que é fundamental. Sem o servidor público o Estado para, o Estado não avança. Foram tantas críticas aos governos passados que pagavam servidor público até o quinto dia útil do mês! Agora nós vemos um governo que faz uma grande propaganda. Por intermédio da sua base, ele anuncia a compra de helicópteros para a saúde. Para que serve um helicóptero na saúde? Ele é muito importante. Vocês sabem disso. Quando há acidente nas estradas, o helicóptero desce lá, faz o resgate e traz o acidentado para um dos hospitais de referência. E as ambulâncias que foram anunciadas aqui? O governador está entregando não sei quantas ambulâncias. Eu não sei direito desse assunto porque não participo das decisões, somos oposição ao governo. Os veículos são entregues por lá.

Faço uma pergunta: o governo deve R\$22.000.000,00 à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, que atende a 600 municípios mineiros. Mas ela fechou 40% dos leitos. Para onde irão os doentes que virão nas ambulâncias que o governo está comprando? O líder Dilzon Melo estava aqui sofrendo pelo Sul de Minas, pois o hospital de Varginha está com dificuldade. Outro dia vimos a seca. Arrebutaram o Hospital Alberto Cavalcanti, referência na região Noroeste de Belo Horizonte, onde não há UPA. A UPA está lá no Odilon Behrens. E nós vemos uma festa aqui. “Não falem aos encontros regionais, porque o governo está entregando ambulância a quem atender!” Quem vai atender? Sabem qual é o pedido que estamos ouvindo? Intervenção federal na saúde em Minas Gerais. Chegamos ao ponto de ver pessoas pedindo intervenção federal na saúde.

Vamos falar um pouco de segurança pública, de investimentos, armamentos, coletes, falta de alimento para os policiais civis e militares. O governo os deixou de fora. Às vezes esses policiais ficam mais de 20 horas numa ocorrência. Tiraram o seu alimento. Isso não é brincadeira! Estiveram aqui ontem 500 agentes penitenciários. Vocês estão dando muito trabalho a eles. A polícia está prendendo demais. Minas Gerais tem 75 mil presos, sendo que há 30 mil vagas. Vou repetir: vocês prenderam 75 mil pessoas, que têm de passar pela Polícia Civil, são condenadas, e há 30 mil vagas. Nesse governo não foi criada uma vaga no sistema prisional. Chegam reclamações na Comissão de Direitos Humanos, Denilson, de que agora investigador e delegado são babás de criminosos. Ficam no Ceflan, porque não há lugar para onde levá-los. Todas as penitenciárias de Juiz de Fora estão interditadas pela Justiça. Lá não cabe mais ninguém. Aí nós vemos essa festa aqui no Plenário – é ambulância, é helicóptero. Para levar para onde? Para qual hospital? E o nosso sonho antigo do hospital da Polícia Civil, Denilson?

Tínhamos lá o Departamento Médico da Guarda, que era na Bernardo Guimarães. Você é mais novo, Denilson. Sou do tempo da Gonçalves Dias, em que íamos tratar os dentes no Departamento Médico da Guarda, onde meu pai me levava. Meu pai trabalhou muito. Hoje minha mãe, aposentada, tem de receber de três vezes e tomar os remédios dela, remédios de uma mãe que criou cinco filhos para o homem trabalhar numa jornada sem fim, que é a do policial, porque não pode largar aquela diligência que está fazendo. Cresci ouvindo essas palavras: “Vou para uma diligência; vou para não sei onde.” Então, vamos esquecer.

Olha que boa proposta esta que está nos cartazes. Precisamos de examinadores de trânsito e vamos buscá-los no quadro de aposentados. Aí, sim, é gestão. Onde vamos encontrar pessoas com experiência? Vai fazer um concurso público para preencher essas vagas? A experiência de um examinador, de anos e anos, dá de mil a zero em concurso público. Temos de buscar os nossos policiais para fazer exames do trânsito. Quem sabe? Vão ter um ganho a mais. Temos de avisar isso para o nosso governo, neste momento de grandes dificuldades para a nossa população. Não adianta vir aqui soltar foguetes e dizer que está acontecendo isso ou aquilo outro, que temos um avião que vai até Teófilo Otôni, que temos um outro que queremos que vá até Almenara. Que bom, mas se tivéssemos a casa com tudo acertadinho. Vou gastar na passagem de avião se estiver pagando a pessoa que trabalha para mim em dia, para o povo em dia. Vamos pagar em dia primeiro, depois compramos avião, depois compramos helicóptero. Pague R\$22.000.000,00 para a Santa Casa, para depois comprar ambulância e helicóptero. Vamos levar esses doentes para onde?

Então, não podemos pensar em festa. Na semana passada, saiu a licitação da compra dos alimentos dos palácios. Ora, gente, nunca tinha ouvido falar que existia camarão GGG. Há champanhe, *whisky*, vinho, carne que vem da Escócia. Vejam se nessa altura o dono dessa casa pode comprar isso, pessoal! Lá em casa, frango era só no final de semana; ou quando eu jogava no Alvorada

Vila Oeste, onde eu comia frango e também levava para casa. O resto da semana era ovo mesmo o que minha mãe fazia. Este governo está devendo tudo e quer comprar camarão GGG e lagosta. Tem de pagar primeiro em dia aos policiais. Tem de honrar os nossos policiais, que estão nas ruas dando a vida.

Tenho de parar a minha fala neste momento, pois chegou aqui o deputado Sargento Rodrigues, que deve ter compartilhado com vocês muitas diligências na rua. Peço a ele, inclusive, que use a tribuna da esquerda, pois temos muitos policiais nos visitando aqui, e eles querem vê-lo, deputado, nesse aparte que V. Exa. fará. Este é um momento importante.

Eu e o deputado Sargento Rodrigues entramos com uma ação contra a “Aviação Pimentel”, do avião do governo de Minas. Tem de ter dinheiro para pagar o servidor.

Com muito prazer, concedo aparte ao deputado Sargento Rodrigues, esse representante das nossas polícias na Assembleia Legislativa, com 44 leis apresentadas em favor da segurança pública, neste parlamento.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Obrigado, deputado João Leite. Meu nome deve ter sido chamado aqui, presidente; mas é que tentei abrir a Comissão de Administração Pública, porém ela não deu quórum. Teremos outra agora, às 15 horas, para debater um projeto, a pedido do deputado Léo Portela.

Primeiramente, cumprimento V. Exa., deputado João Leite. Quando eu adentrava o Plenário, V. Exa. lembrava do camarão GGG.

Não só camarão, como 200kg de salmão, lagosta e cerveja belga. Não foi a imprensa local que publicou isso, foi a *Folha*, no sábado dia 3. Foram quase R\$1.000.000,00 gastos com as despesas dos palácios do governador Fernando Pimentel. O que mais nos entristece, deputado João Leite, é ver os companheiros da segurança pública, nossos valorosos policiais civis, que estão aqui solicitando, através de uma proposta de lei, dar sequência ao trabalho em virtude da experiência adquirida ao longo do tempo. É muito melhor para o governo manter esses policiais por um período a mais. Obviamente todos têm capacidade física e intelectual e estão em condições de continuar dando sua contribuição.

Veja bem, deputado João Leite, desde 2014 o governo não paga férias prêmio, ajuda de custo, diárias, diferenças de promoção a milhares de policiais civis, militares, bombeiros e agentes do sistema prisional e socioeducativo. Isso é uma vergonha. Está há um ano e cinco meses parcelando salário. V. Exa. se lembra de que, no final do mês de maio, havia várias mensagens de delegados de polícia dizendo que a terceira parcela não havia sido paga. Esse governo não paga ao servidor da segurança pública nem a outros servidores com o respeito que deveria. Deputado João Leite, 157 mil pais de família receberam parceladamente. Depois queria apenas confirmar a fala de V. Exa. Passaram 12 anos recebendo no quinto dia útil. Ainda recebiam prêmio produtividade e abono fardamento em dia. Acabaram com o Promorar militar. Estão acabando com tudo. Não há que se falar em governo, deputado João Leite. Não há que se falar em gestão. A companheirada do PT inchou a máquina pública. Há um andar na Cemig que uma hora dessas vai desabar. É só carguinho bom, R\$5.000,00, 10.000,00, 20.000,00, 30.000,00 para a companheirada. Ai falta dinheiro para a diária. Falta dinheiro para a merenda escolar. Falta dinheiro para uma série de questões. Policiais civis e militares trabalhando em municípios distantes com coletes vencidos, munição vencida e viatura em péssimo estado. Pessoalmente percorri municípios do Norte de Minas e do Jequitinhonha, recentemente. Parabéns a V. Exa. por trazer esse tema importante. Desculpe se me delonguei no aparte.

O deputado João Leite* – Presidente, vou falar um minuto para encerrar. Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. não se delongou. Era importante ouvi-lo, até mesmo para seus companheiros da Polícia Civil. Não sei se viu, mas o Denilson está aqui. Era importante que você falasse, para que a Polícia Civil saiba que tem apoio nesta Casa. Esperamos que o governo e sua base na Assembleia apoiem a volta dos nossos policiais ao trabalho. Os policiais contarão com nosso apoio.

Encerro minha fala fazendo essa homenagem a todos os nossos policiais civis que vieram agora, à tarde, à Assembleia Legislativa. Eu me sinto dessa família, como aquela menina que acena para mim. Muito obrigado, presidente Léo Portela.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/6/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 3/6/2017, que nomeou Alexandre Dias Maciel, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Ailda Ribeiro Anacleto, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rogério Correia;

nomeando Heltz Alexandre Machado de Oliveira Avelar, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

EDITAL PROJETO ZÁS, Nº 5/2017

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado final da fase de habilitação, após análise de recursos, conforme Edital Projeto Zás, nº 5/2017, publicado no *Diário do Legislativo* de 19 de maio de 2017.

RELAÇÃO DE INSCRITOS HABILITADOS

PROPOSTA HABILITADA	MODALIDADE
A Caixa Mágica	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
A Comédia Mágica	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Amor e outras palavras mutáveis	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
A Princesa Gaia	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Cacareco Reco Reco da Fuça Arca	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Casa de Lua – Dona Baratinha	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Contos de mulheres fantásticas	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
D. Chicote e sua amiga Balança a Pança	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Ensaio para senhora azul	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Espectáculo cênico musical “O amor tá na rua”	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Griot: Histórias e Cantorias	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética

Kradyn Jr	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Memórias de Ana	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Meu ambiente / Grupo Girino	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Narrativas acessíveis	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
O Pequeno	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Sá Bença	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Tempo de águas	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Um grito parado no ar	Teatro ou contação de histórias ou <i>stand up</i> ou performance poética
Ballet Jovem Minas Gerais apresenta Iungo, a Buenos Aires e Ritos	Dança
E a cor a gente imagina	Dança
Giz em pedaços	Dança
nomeiodeparacom	Dança
Programa duplo: Attra(s)verso; percurso 2 + Off; Eles não olham pra nós	Dança
Sapiência	Dança
Ventre Sagrado: As deusas em movimento	Dança
Aline Abreu: Fontes da Vida	Show de música, exceto música erudita
Balanciô – Bilora	Show de música, exceto música erudita
Banda Mula	Show de música, exceto música erudita
Alvoroço	Show de música, exceto música erudita
Barulho Sororal	Show de música, exceto música erudita
Bia Lucca e banda	Show de música, exceto música erudita
Cantoria de Serra e Sertão	Show de música, exceto música erudita
Ciranda da Trança com o Grupo Tremelengue	Show de música, exceto música erudita
Dóris canta a história do Samba e dos Orixás	Show de música, exceto música erudita
Elisa Paraíso: O Nordeste de Lua	Show de música, exceto música erudita

Emílio Victor – Arana	Show de música, exceto música erudita
Encontro: Selma Carvalho e Fernando Muzzi	Show de música, exceto música erudita
Fina Flor	Show de música, exceto música erudita
Groove Barracão	Show de música, exceto música erudita
Gugu de Souza faz a Festa	Show de música, exceto música erudita
Histórias de amor em um país tropical	Show de música, exceto música erudita
Izza	Show de música, exceto música erudita
João Gabriel e Thyago – Uma canção para você	Show de música, exceto música erudita
Jonny	Show de música, exceto música erudita
Lançamento do CD de Lu Toledo “Entre mundos”	Show de música, exceto música erudita
Leri Faria apresenta o CD “Nosso”	Show de música, exceto música erudita
Licença: A grande pausa	Show de música, exceto música erudita
Lula Ribeiro	Show de música, exceto música erudita
Marcelo Tofani – Previsão do Réptil	Show de música, exceto música erudita
Mercedes Sosa e Elis Regina – Mulheres de latinoamerica	Show de música, exceto música erudita
Mundi	Show de música, exceto música erudita
Noites Brancas	Show de música, exceto música erudita
Oleives de todos os futuros	Show de música, exceto música erudita
Os domínios brasileiros (Marcelo Lopes)	Show de música, exceto música erudita
Oxente Uai	Show de música, exceto música erudita
Paisagem Sonora	Show de música, exceto música erudita
Quem não viu, jamais verá	Show de música, exceto música erudita
Quintao	Show de música, exceto música erudita
Raphael Ferreira – Lançamento do disco Seguro Desespero	Show de música, exceto música erudita

Renato Enoch – Antes de chegar	Show de música, exceto música erudita
Sérgio Moreira 40 anos de música	Show de música, exceto música erudita
Show Atemporal – Arnaldo Freitas e Tarcísio Manuvéi	Show de música, exceto música erudita
Show Dandai	Show de música, exceto música erudita
Show Refletidas	Show de música, exceto música erudita
Show Sinestesia	Show de música, exceto música erudita
Sub Rosa – Show de lançamento do álbum 11:11	Show de música, exceto música erudita
Pedro Antônio convida Tadeu Franco	Show de música, exceto música erudita
Renato Caetano – Projeto Violação	Show de música, exceto música erudita
Todo In Canto do Rio	Show de música, exceto música erudita
Tranquilo e Sereno – Léo Lima	Show de música, exceto música erudita
Wolf Borges 30 anos (autoral)	Show de música, exceto música erudita
Wolf Borges em tributo a Chico Buarque	Show de música, exceto música erudita

RELAÇÃO DE INSCRITOS NÃO HABILITADOS

PROPOSTA NÃO HABILITADA	MODALIDADE	JUSTIFICATIVA
Lincoln Austin	Show de música, exceto música erudita	A proposta não atende ao disposto no item 5.1, II, IV, V e VIII, e 5.3, III, do edital: Cópia da carteira de identidade e do CPF do responsável (em se tratando de pessoa física) ou representante legal (em se tratando de pessoa jurídica); Sinopse do espetáculo em até seis linhas; <i>release</i> ; proposta de mapa de palco compatível com as dimensões do Teatro da Assembleia, constantes do Anexo III; roteiro musical com autoria.
Vilson Balbino	Show de música, exceto música erudita	A proposta não atende ao disposto no item 5.1, I, II, III, IV e VIII, e 5.3, III, do edital: ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada pelo responsável (em se tratando de pessoa física) ou representante legal (em se tratando de pessoa jurídica) (Anexo I); cópia da carteira de identidade e do CPF do responsável (em se tratando de pessoa física) ou representante legal (em se tratando de pessoa jurídica); ficha técnica contendo nome, identidade e função de cada integrante técnico e artístico (Anexo II); sinopse do espetáculo em até seis linhas; proposta de mapa de palco compatível com as dimensões do Teatro da Assembleia, constantes do Anexo III; roteiro musical com autoria.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 4.281/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/5/2017, na pág. 23, antes do despacho, acrescente-se o seguinte:

“ANEXO

Detalhamento dos atributos qualitativos e quantitativos da ação 4007 – Desenvolvimento da Infraestrutura Governamental.

(§ 2º do art.12 da Lei nº 22.254, de 25 de julho de 2016, LDO-2017)

1. Título da ação: 4007 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL.
2. Tipo de ação – descrição (código): ATIVIDADE FIM DO ORÇAMENTO FISCAL
3. Programa: 026 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL
4. Órgão responsável – descrição (código): 1.30.0 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS – SETOP
5. Unidade orçamentária responsável – descrição (código): 2.30.1 – DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DEER-MG
6. Função – descrição (código): 15 – URBANISMO
7. Subfunção – descrição (código): 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
8. Identificador de Ação Governamental: Ação de Acompanhamento Intensivo X Ação de acompanhamento Geral
9. Finalidade: PROVER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM ELABORAÇÃO DE PROJETOS E OBRAS DE EDIFICAÇÃO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM GERAL, BEM COMO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES E DESAPROPRIAÇÕES E EXECUÇÃO DOS DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS, GARANTINDO A QUALIDADE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL DISPONÍVEL.
10. Descrição: ESSA AÇÃO ENGLOBALA A IDENTIFICAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS DIVERSAS OBRAS PÚBLICAS VISANDO MANTER, RECUPERAR OU AMPLIAR A INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DIVERSAS NATUREZAS. NESSE SENTIDO, SERÃO DESENVOLVIDOS ESTUDOS TÉCNICOS, PROJETOS DE ENGENHARIA, TAMBÉM SERÃO EXECUTADAS AS RESPECTIVAS OBRAS DE REFORMA, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO VISANDO SEMPRE O ATENDIMENTO DAS DIVERSAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATRÁVES DO PROVIMENTO DA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA. PARA TAL É TAMBÉM ESCOPO DESTA AÇÃO A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES INERENTES À REALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS COMO SUPERVISÃO DE OBRAS E PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES E DESAPROPRIAÇÕES.
11. Público-alvo: ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADÃOS
12. Produto: PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
13. Unidade de medida: PERCENTUAL

14. Especificação do produto:

OBRAS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO OU CONSTRUÇÃO, REALIZADAS ATRAVÉS DE CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS POR MEIO DE LICITAÇÃO, COMO REGE A LEI 8.666/93; SERÃO CONSIDERADAS CONCLUÍDAS AQUELAS INTERVENÇÕES CUJO PROCESSO JÁ POSSUA O TERMO DE ENTREGA DA OBRA.

15. Quadro de metas da ação:

Metas	2017	2018	2019	2020
Físicas	4			
Financeiras	33.040.801,38			

16. Detalhamento da implementação:

AS DEMANDAS POR INFRAESTRUTURA SERÃO IDENTIFICADAS PELO DEER/MG SOB A COORDENAÇÃO DA SETOP OU APRESENTADAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, MEDIANTE PROCEDIMENTOS PRÓPRIOS DE ANÁLISE. SERÃO DESENVOLVIDOS OS ESTUDOS TÉCNICOS E PROJETOS DE ENGENHARIA NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS RESPECTIVAS OBRAS, QUE SERÃO REALIZADAS PREFERENCIALMENTE PELO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E ESTRADAS DE RODAGEM, ATRAVÉS DE CONTRATAÇÕES NOS PRECEITOS DA LEI.

17. Base Legal:

- LEI DE LICITAÇÕES (8.666)
- LEI ESTADUAL 22.257/2016
- DECRETO 47.069 DE 25/10/2016

18. Unidade administrativa responsável pela ação:
DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES”